

Ministros criticam decisão de tribunal militar

Integrantes do STF defendem que não existe impedimento legal para que a Folha tenha acesso a processo de Dilma

Ação que levou petista à prisão na ditadura está arquivada em cofre no STM e pedido de acesso aos papéis foi negado

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) afirmaram ontem que não existe impedimento legal para que a **Folha** tenha acesso ao processo da candidata petista Dilma Rousseff, arquivado em um cofre no STM (Superior Tribunal Militar).

“É inexplicável que tenhamos obstáculos ao acesso à história deste país”, disse o ministro Marco Aurélio Mello. “O princípio maior é a publicidade. Não vejo obstáculo constitucional”, disse.

O ministro Carlos Ayres Britto concorda: “Em linha de princípio, [o processo de Dilma] é um documento público”. Ele cita o artigo 5º da Constituição: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”.

Assim também pensa Gilmar Mendes. “É um documento de caráter histórico. Em tese, não teria problema em ter acesso”, disse.

O próprio advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, disse que “a regra geral é a da publicidade”.

Um outro ministro do Supremo, pedindo reserva, disse que achou “estranho” o pedido de vista da AGU, que para ele pareceu mais uma “manobra” para que o caso não fosse julgado.

Adams, no entanto, afirma que a AGU só fez seu trabalho —que é defender juridicamente o governo. Segundo ele, houve um erro no processo: o órgão deveria ter sido intimado pelo relator a participar do processo, o que não aconteceu.

Em agosto, a **Folha** revelou que o processo que levou Dilma à prisão na ditadura (1964-85) foi retirado dos arquivos e trancado em cofre por ordem do presidente do STM, Carlos Alberto Marques Soares. Ele o mantém em sigilo, segundo diz, para evitar uso político do material. A **Folha** requisitou acesso, que foi negado por Soares.

O jornal, então, protocolou mandado de segurança que começou a ser julgado pelo plenário do STM no último dia 5, mas foi interrompi-

do por um pedido de vista.

O caso foi retomado anteontem, mas, a pedido da presidência do STM, a AGU pediu acesso à ação, levando a nova suspensão.

O advogado-geral da União disse que foi procurado pelo presidente do STM um dia antes do julgamento ser retomado. “Eu liguei para ele para conversar sobre várias coisas. Na conversa, surgiu a questão de se a AGU faria ou não a defesa do ato dele. Depois ele me ligou solicitando essa intervenção”.

Para o advogado Roberto Delmanto Jr., “causa estranheza o pedido da AGU no meio do julgamento, semanas antes das eleições”.

O cientista político Jorge Zaverucha, autor de estudos sobre as Forças Armadas, afirma que a **Folha** está “cor-

retíssima” de pedir os documentos e considera que a atitude do STM “em nada favorece a democracia”. Para ele, não cabe ao STM prejudicar o uso que se fará dos dados.

Colaborou UIRÁ MACHADO, de São Paulo